



Instituto de
HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Felipe Monteiro Bonato

Alforrias no Rio de Janeiro oitocentista:
Da demografia à história ao rés-do-chão

Rio de Janeiro
2018

Alforrias no Rio de Janeiro oitocentista: Da demografia à história ao rés-do-chão

Felipe Monteiro Bonato

Instituto de História/CFCH

Bacharelado em História

Prof.^a Dr. Manolo Garcia Florentino

Rio de Janeiro
2018

Alforrias no Rio de Janeiro oitocentista: Da demografia à história ao rés-do-chão

Felipe Monteiro Bonato

Monografia submetida ao corpo docente do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharel.

Aprovada por:

Prof. _____ - Orientador
(Professor Doutor Manolo Garcia Florentino)

Prof. _____
(Professora Doutora Cacilda Machado da Silva)

Prof. _____
(Professor Doutor Vitor Izecksohn)

Rio de Janeiro
2018

RESUMO

BONATO, Felipe Monteiro. **Alforrias no Rio de Janeiro oitocentista: Da demografia à história ao rés-do-chão**. Orientador: Manolo Garcia Florentino. Rio de Janeiro: UFRJ / IFCS / Instituto de História, 2018. Monografia (Bacharelado em História).

Este projeto tem por objetivo explorar os padrões de alforrias no Rio de Janeiro do século XIX. A principal fonte é um banco de dados que contém mais de dezessete mil registros de alforria. Em um primeiro momento se busca compreender os padrões para cada década, a partir de pirâmides sexo-etárias. Depois se explora os caminhos para conseguir a manumissão e a influência da mentalidade cristã na formação de um Brasil escravista que alforria como nunca visto em nenhum outro lugar. Para concluir, há uma análise do caso de dois indivíduos que alforriaram diversos infantes em regozijo à vitória da Guerra do Paraguai, demonstrando outras formas de se tratar o estudo de alforrias.

Palavras-chave: Escravidão, Alforria

ABSTRACT

BONATO, Felipe Monteiro. **Alforrias no Rio de Janeiro oitocentista: Da demografia à história ao rés-do-chão**. Orientador: Manolo Garcia Florentino. Rio de Janeiro: UFRJ / IFCS / Instituto de História, 2018. Monografia (Bacharelado em História).

This project aims to analyze the manumission patterns of Rio de Janeiro in the nineteenth century. The font used for that is a database filled with more than seventeen thousand manumission registers. It starts with a try to comprehend the manumission patterns of each decade of the century with sex-age pyramids. Then explores the ways to get a manumission and the influence of the christian thought to make Brazil the country with the highest numbers of slave emancipations. In conclusion a analysis of two men that emancipated a lot of slave children to pay tribute to the end of the war against Paraguay, witch shows other ways to study manumissions.

Keywords: Slavery, Manumission

SUMÁRIO

Introdução.....	01
Capítulo 1-Demografia das Manumissões.....	05
Capítulo 2-Caminhos da alforria e mentalidade.....	15
Capítulo 3-O caso de Nuno Alves Pereira de Souza e João Frederico Russel.....	20
Conclusão.....	27
Referências Bibliográficas.....	30

Introdução

Após ser despachado para o Rio de Janeiro, Mahommah Baquaqua relata que, por alguma razão desconhecida, um homem de cor que desejava comprá-lo desistiu da ideia. O episódio, talvez meio solto em sua biografia, ganha sentido nas linhas que se seguem:

Menciono esse fato apenas para ilustrar que a posse de escravos se origina no poder, e qualquer um que dispõe dos meios para comprar seu semelhante com o vil metal pode se tornar um senhor de escravos, não importa qual seja sua cor, seu credo, ou sua nacionalidade; e que o homem negro escravizaria seu semelhante tão prontamente quanto o homem branco, tivesse ele o poder.¹

Sem saber, Baquaqua argumenta fatalmente contra o futuro debate iniciado por Frank Tannenbaum, em que a escravidão no Brasil aparece como leniente se comparada à norte americana, devido ao alto nível de alforriados. O debate, contudo, peca desde sua origem.² A questão central de uma sociedade escravista não se apresenta pela cor, credo ou nacionalidade; e muito menos a libertação do escravo nesse sistema representaria um caráter brando diante de outras sociedades escravistas. O escravismo esteve ligado, como Baquaqua deixa claro, à constante reiteração de poder.³

Como é indicado por Moses Finley em sua obra clássica⁴, uma sociedade escravista é definida não pela quantidade de escravos, mas sim pela função sociológica da produção da diferença. Dispor de um escravo é uma questão de *status*, que representa o lugar social do indivíduo. A noção de liberdade, portanto, confundia-se com a ideia de dispor de si. No cotidiano e em diversos graus, o cativo buscava - de forma muitas vezes frustrada - autonomia em relação ao senhor.⁵

¹ LARA, Sílvia Hunold. **Biografia de Mahommah G. Baquaqua**. Revista Brasileira de História. p. 276

² CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África**. Editora Brasiliense, 1985. p. 17

³ FLORENTINO, Manolo; AMANTINO, Márcia. **Uma morfologia dos quilombos nas Américas, séculos XVI-XIX**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, p.261.

⁴ FINLEY, Moses. **Escravidão Antiga e Ideologia Moderna**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1991

⁵ FLORENTINO, Manolo. **Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa**. Rio de Janeiro: Revista Topoi vol.3 no.5, 2002. p. 14

Reforça essa frustrada tentativa de autonomia quando, até 1871, a promessa de manumissão poderia ser revogada. Apesar do estatuto ser pouco utilizado, essa possibilidade demonstra como é movediça a liberdade dentro da lei desejada pelos escravos.⁶ Criava-se assim uma cultura de manumissão, em que o poder do senhor em relação ao escravo, antes real, tornava-se virtual. (O direito de propriedade passava do senhor ao escravo, mas a possibilidade de revogar esse direito era símbolo da inferiorização do negro diante do senhor perante a lei.) Dessa forma, ao invés de representar uma leniência da sociedade brasileira com seus escravos, a alforria se fundamenta como um mecanismo de produção de patronagem.⁷

O alto grau de alforrias num país como o Brasil, e a lida cotidiana na tentativa de expandir a própria autonomia, tornam-se signos de que entre escravo e liberto há inúmeras dissimilaridades. (A própria forma de se angariar manumissão pode indicar a função que o escravo desempenha, além da própria região da qual ele provém da África - ou se ele for crioulo - estabelecer uma relação com os caminhos para a alforria.) Reitera-se, portanto, que a sociedade escravista é fundada na hierarquia.⁸

A discussão suscitada por Frank Tannenbaum, apesar de ultrapassada, serve para lembrar que no Brasil alforriava-se como nunca visto em nenhuma outra sociedade escravista, o que gera certos problemas à historiografia, pois um escravo morto, fujão ou alforriado é apenas um escravo a menos.

O presente trabalho utiliza dos livros de registros de notas do primeiro, segundo e terceiro ofícios do Rio de Janeiro, contando com um total de dezessete mil seiscentos e trinta e seis registros de alforria escrava entre o período de 1840 até 1871 - havendo um espaço não preenchido de 1864 até 1870. Pretende-se analisar os padrões demográficos das alforrias nesse período a partir de pirâmides sexo-etárias estruturadas para cada década, focalizando em um plano macro para compreender o porquê dos padrões nas variáveis e considerando as flutuações econômicas - pois em fases de crescimento econômico há uma tendência para um

⁶ FLORENTINO, Manolo. **Sobre Manumissões e Fugas no Rio de Janeiro Imperial**. In: Impérios Ibéricos em Comarcas Americanas. Org: ECHEVERRI, Adriana Maria; FLORENTINO, Manolo; VALENCIA, Carlos Eduardo. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2010. pp. 86-67

⁷ Idem. p. 90

⁸ FLORENTINO, Manolo. **Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa**. Rio de Janeiro: Revista Topoi vol.3 no.5, 2002. pp. 22-31

menor número de alforrias, enquanto em fases de decrescimento haver maior grau de manumissões.⁹

A base do texto parte de alguns aspectos já elucidados aqui na introdução, além de contar com o uso de um artigo de Peter L. Eisenberg como ponto comum no que se refere ao método de se avaliar os dados de alforria,¹⁰ e o famoso livro de Manuela Carneiro da Cunha, pioneira no assunto, tanto em questão de trabalho com as variáveis das alforrias, como na constituição de redes de solidariedade.¹¹

Também deve ser utilizado para a construção das noções de alforria a obra do padre lisboense Manuel Ribeiro Rocha.¹² Tido por Jean Marcel de Carvalho França como “um homem de seu tempo”,¹³ a obra do padre teve grande divulgação à época e não soava nenhum absurdo os seus pensamentos a respeito da miséria da condição escrava e de como um cristão poderia ser capaz de possuir um cativo sem que isso lhe retirasse a garantia da benção divina após a morte. Ribeiro Rocha via o fim do cativo a um escravo como um passo natural, que ocorreria com todos, fosse por vias de alforria ou pela própria morte - que libertaria essa alma miserável para a vida eterna. A importância deste livro torna-se ainda maior já que, diferente dos demais pensadores cristãos - como Vieira ou Benci -, Ribeiro Rocha parece se aproximar mais da mentalidade de um homem comum.¹⁴

Não se pretende aqui restringir-se somente a uma análise demográfica, como também haverá um capítulo para se analisar um caso excepcional de alforrias nos anos de 1870 e 1871. O caso de Nuno Alves Pereira Souza envolve o incrível número de dez alforrias sendo concedidas para infantes com o mesmo motivo: em regozijo à vitória aliada na Guerra do Paraguai. Além da relação com o conflito, foi possível estabelecer redes de Nuno com o Tenente Coronel João Frederico Russel a partir de uma alforria à duas irmãs, escravas do

⁹ FLORENTINO, Manolo. **Sobre Manumissões e Fugas no Rio de Janeiro Imperial**. In: Impérios Ibéricos em Comarcas Americanas. Org: ECHEVERRI, Adriana María; FLORENTINO, Manolo; VALENCIA, Carlos Eduardo. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2010. p. 96-97

¹⁰ EISENBERG, Peter L. **Ficando livre em Campinas: as alforrias em Campinas no século XIX**. São Paulo: Revista Estudos Econômicos, maio/ago 1987.

¹¹ CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África**. Editora Brasiliense, 1985.

¹² ROCHA, Manuel Ribeiro. **Etiope: resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado**. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

¹³ Idem. p. 29

¹⁴ FLORENTINO, Manolo. **Sobre Manumissões e Fugas no Rio de Janeiro Imperial**. In: Impérios Ibéricos em Comarcas Americanas. Org: ECHEVERRI, Adriana María; FLORENTINO, Manolo; VALENCIA, Carlos Eduardo. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2010. p. 88

mesmo dono, terem sido concedidas por ambos com a mesma justificativa e no mesmo dia. No total, ambos foram benfeitores em doze casos de alforria em um ano. E a história não acaba nisso, devido à aparição de parentes do Tenente Coronel nos registros de alforria, demonstrando uma possível herança familiar de se alforriar os escravos. Um estudo de caso pode ser também utilizado para o trabalho com alforria, apesar de não ser aqui o enfoque, e sim uma exemplificação.

Capítulo 1 - Demografia das manumissões

Jacob Gorender talvez tenha sido o primeiro historiador a desvendar padrões nas alforrias dos escravos. Em 1985, concluía:

a) maioria de alforrias onerosas e gratuitas condicionais, tomadas em conjunto; b) proporção relevante de alforrias gratuitas incondicionais; c) maior incidência das alforrias na escravidão urbana do que na escravidão rural; d) alforrias mais frequentes nas fases de prosperidade; e) maioria de mulheres entre os alforriados, embora fossem minoria entre os escravos; f) elevado percentual de domésticos entre os alforriados; g) maior incidência proporcional de alforrias entre os pardos do que entre os pretos; h) elevado percentual de velhos e inválidos entre os alforriados. (GORENDER, 1985, p. 354-355)¹⁵

Data da mesma época, contudo, um livro de Manuela Carneira da Cunha, o qual busca compreender a existência de uma população livre de cor dentro de um sistema escravista. Em um primeiro momento do livro, a autora se debruça sobre como se forma e se estabelece essa população livre de cor, analisando os mecanismos de alforria, para depois compreender o significado da manumissão.

Devo entrar mais no livro de Manuela no próximo capítulo, mas citei ela como forma de demonstrar que alguns dos padrões de Gorender se apresentam no texto de Manuela. À exemplo, o elevado número de alforriados domésticos, os quais, apesar de não terem verba como os escravos de ganho, conseguiam suas alforrias a partir da boa relação que estabeleciam com seus senhores,¹⁶ ou a maior incidência de manumissões no meio urbano do que no rural, já que “as taxas de alforria fossem tanto menores quanto maior a escravaria”.¹⁷ Por hora, bastam estas noções para observar como se encaixam, ou não, no perfil de alforrias do Rio de Janeiro entre as décadas de 40 e 70 do século XIX a partir de pirâmides sexo-etárias.

Contudo, a metodologia empregada no trabalho com alforria não pode limitar-se ao trabalho com as noções de cor, meio (urbano ou rural), idade, sexo, naturalidade ou demais

¹⁵ Trecho retirado do artigo: EISENBERG, Peter L. **Ficando livre em Campinas: as alforrias em Campinas no século XIX**. São Paulo: Revista Estudos Econômicos, maio/ago 1987. p. 176

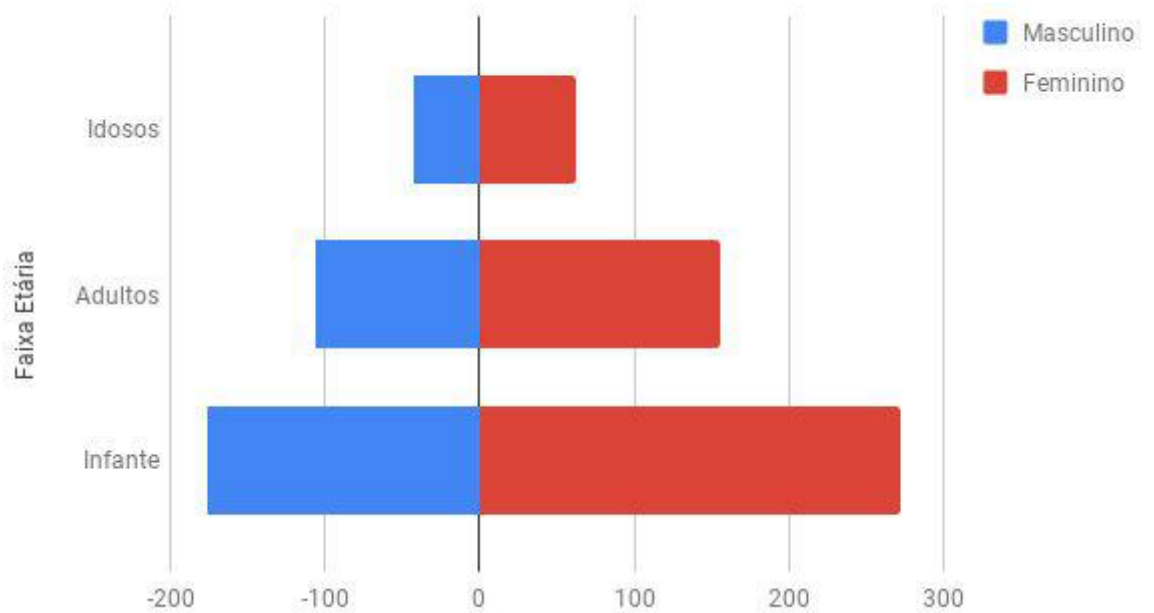
¹⁶ CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África**. Editora Brasiliense, 1985.p. 34

¹⁷ Idem. p. 41

variáveis. O trabalho com as fontes e contexto social precede a mera análise das variáveis, já que a própria ideia de liberdade é expressão de um contexto.¹⁸

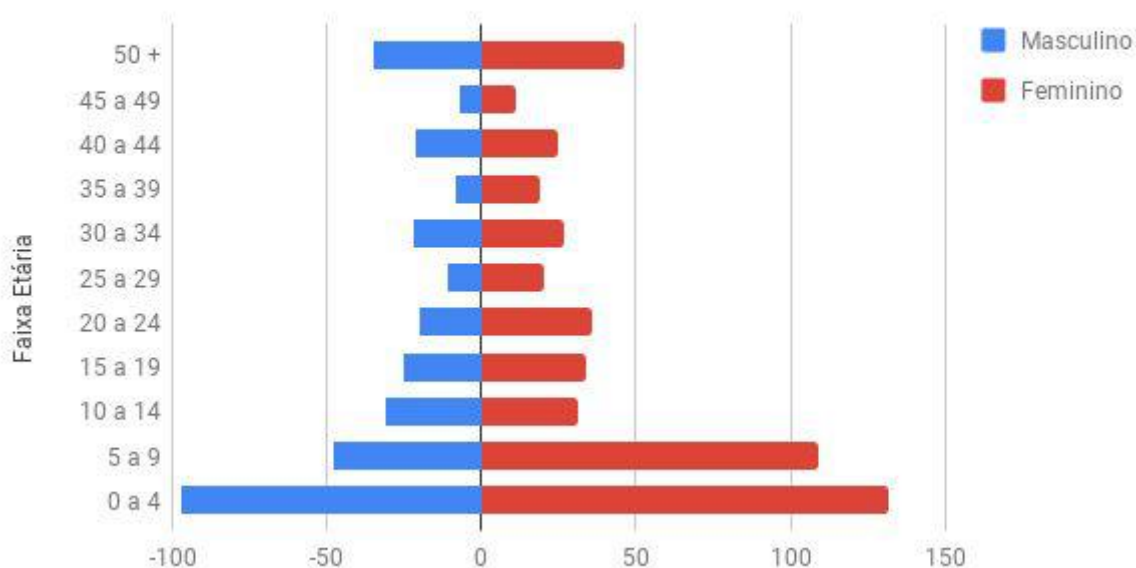
Década de 1840

Pirâmide Sexo-Etária das Alforrias da Década de 1840



¹⁸ FLORENTINO, Manolo. **Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa**. Rio de Janeiro: Revista Topoi vol.3 no.5, 2002. pp. 31-32

Pirâmide Sexo-Etária dos Escravos Alforriados na Década de 1840



Fonte: Livros de registros de notas do primeiro, segundo e terceiro ofícios do Rio de Janeiro.

O primeiro fato a saltar os olhos de qualquer observador é o enorme número de mulheres alforriadas em comparação aos homens. Apesar de menores numericamente, a tendência aponta uma superioridade feminina para conseguir a própria liberdade. Uma análise mais simples permitiria dizer que isso se deve ao alto nível de aculturação delas em relação aos homens, mas a resposta talvez seja até mais óbvia do que isso.

As mulheres eram menos requisitadas do que os homens como mão-de-obra pesada, se distanciando dos grandes centros de produção. Assim, elas se aproximavam de outras profissões que as permitiam acumular pecúlio ou, com mais frequência que os homens, tornavam-se domésticas para servir de amas de leite o que as tornava mais próximas de seus senhores - muitas vezes servindo até de amante. Esses pontos ressaltam o que já havia sido dito tanto por Manuela quanto por Gorender: escravos urbanos e domésticos com elevada incidência de alforria - em outras palavras, cativos afastados dos centros de produção e que, portanto, não fazem parte de uma grande escravaria.

Vale ressaltar que na década de 40, em comparação às outras, a discrepância entre homens e mulheres alforriados torna-se ainda maior, muito provavelmente em decorrência do primeiro grande *boom* cafeeiro do Brasil, que exigia mão-de-obra escrava para a sua produção. Manolo recorda que Manuela Carneiro da Cunha observou as flutuações no número

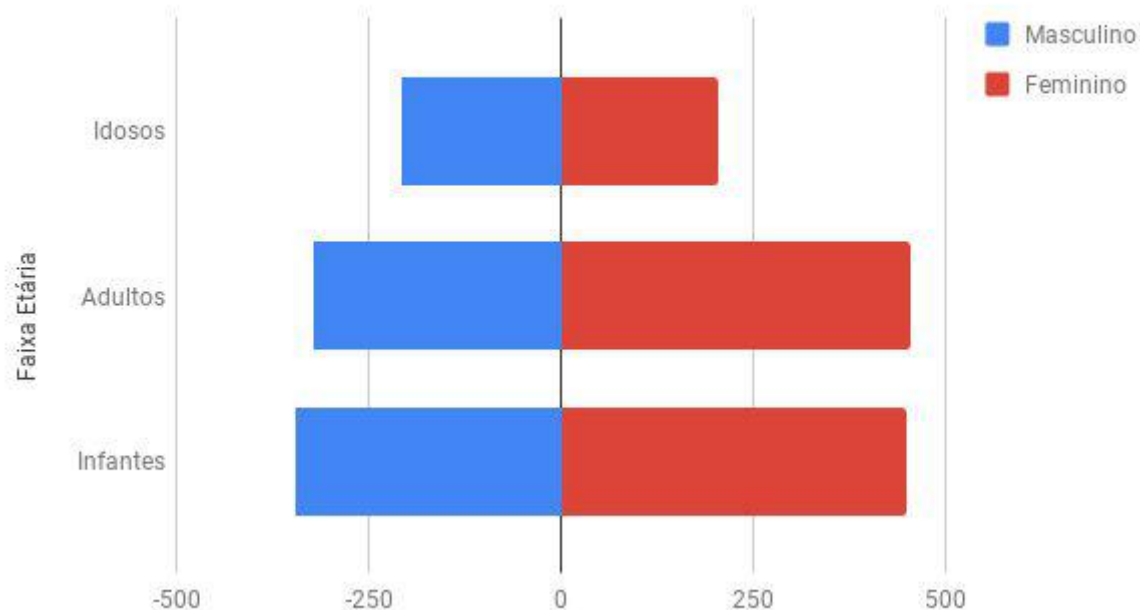
de alforrias a partir da economia. Se a economia está em fase B (recessão), a tendência é alforriar-se mais, seja para se livrar do custo de possuir um escravo, ou até mesmo para reaver, ao menos em parte, o preço do cativo. Por sua vez, caso a economia esteja em fase A (crescimento), a tendência é alforriar-se menos, pela necessidade de se manter os escravos para produzir.¹⁹ Dessa forma, o número já baixo de homens libertos em relação ao número de mulheres torna-se menor ainda na década de 1840.

Outro chamativo da pirâmide é, sem dúvida, a excessiva quantidade de alforrias concedidas aos infantes. Quanto mais distante da fase adulta, maior o número de manumissões e já próximo ou na fase adulta - i.e, aos quatorze anos de idade - o número é drasticamente reduzido. Novamente se evidencia a obviedade nessa estatística: as crianças não servem como mão-de-obra pesada; os adultos, por sua vez, estavam sendo mais requisitados do que nunca, devido ao *boom* na produção cafeeira.

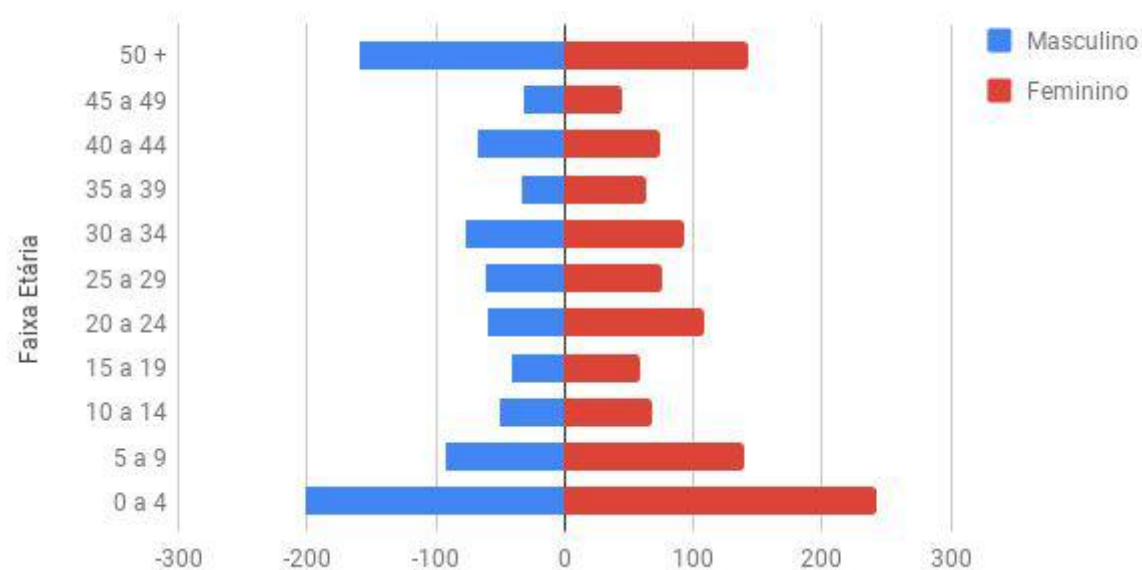
Década de 1850

¹⁹ FLORENTINO, Manolo. **Sobre Manumissões e Fugas no Rio de Janeiro Imperial**. In: Impérios Ibéricos em Comarcas Americanas. Org: ECHEVERRI, Adriana María; FLORENTINO, Manolo; VALENCIA, Carlos Eduardo. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2010. pp. 96-97

Pirâmide Sexo-Etária das Alforrias da Década de 1850



Pirâmide Sexo-Etária dos Escravos Alforriados na Década de 1850



Fonte: Livros de registros de notas do primeiro, segundo e terceiro ofícios do Rio de Janeiro.

Trata-se da década em que o tráfico de escravos se tornou ilegal. A intensa campanha inglesa contra o tráfico teve seu respaldo, e o que seria, a um primeiro momento, motivo para

reter mais escravos - já que estes não poderiam ser compensados pela oferta de um mercado pujante - não aparenta ter ocorrido no Rio de Janeiro. O motivo mais provável talvez seja uma aguçada consciência abolicionista presente à época, e que se consolida com a própria promulgação da Lei Eusébio de Queirós. Com o avançar das décadas, a ideia de que em nenhuma outra terra se alforriou tanto quanto no Brasil escravista recebe ainda mais sentido.

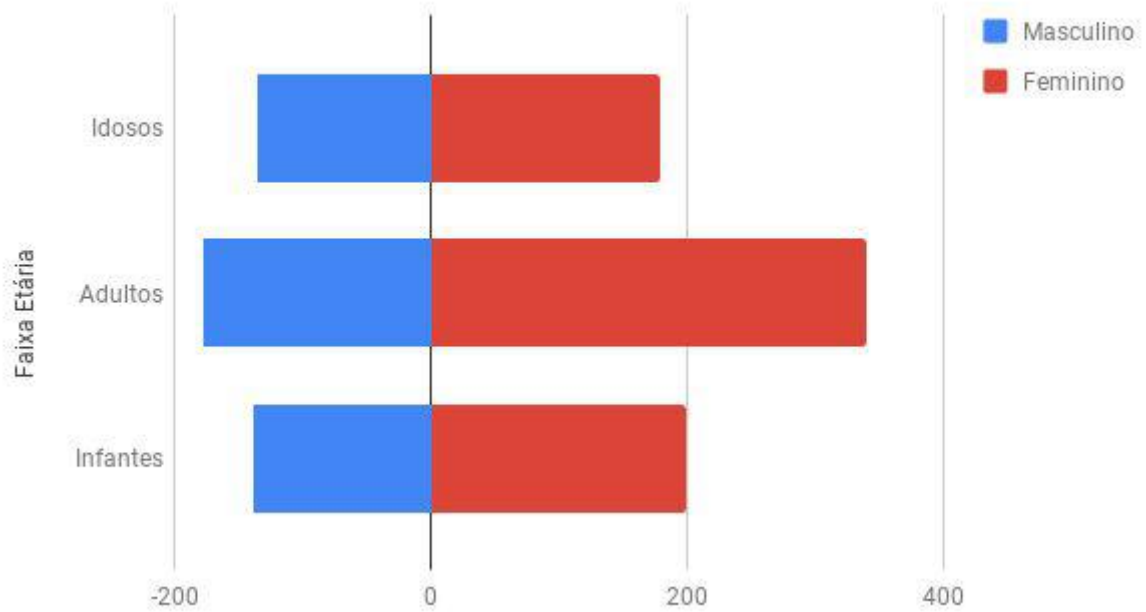
Também é possível observar um equilíbrio um pouco maior entre o número de homens e mulheres libertos, mas nada muito significativo, até porque a produção cafeeira continuava em ascensão - e vai se manter assim até o fim do regime escravista. Esse maior equilíbrio se apresenta justo nas faixas etárias que predominam nas alforrias: os muito jovens e os muito velhos. Apesar de representar um investimento ao futuro do escravismo reter as crianças, a faixa etária de zero a quatorze anos continua sendo alforriada em um número espantoso - quanto aos mais velhos, não havia motivos para retê-los.

Slenes observou, lembra Eisenberg, que os preços dos escravos quando muito jovens - ou quando muito velhos - torna-se menor devido à baixa produtividade destes, sendo assim mais fácil a compra da alforria por parte do pai ou da mãe para seus filhos - ou o uso do pecúlio que se acumulou ao longo da vida por um mais velho para o mesmo propósito. Slenes também revela uma questão sentimental em torno da alforria: “as crianças por causa de sua inocência e idade tenra, e as pessoas mais velhas por causa de seus longos anos de serviço”,²⁰ seriam privilegiadas com a manumissão por parte de seus senhores. Alforrias como essa tem seus motivos registrados como: “por amor ao escravo”, “por sua inocência”, entre outros dizeres neste sentido, ou “pelos longos anos de serviço prestado”, caso o escravo fosse muito velho. Além disso, muitas vezes os pais se utilizavam de sua capacidade de acumular pecúlio para alforriar os próprios filhos, já que estes - justamente por ainda não estar em idade de trabalho - seriam totalmente incapazes de pagar pela própria manumissão. (E, como será visto mais tarde, nos dois primeiros anos da década de 70, haverá o caso de Nuno, que alforria ao menos dez infantes por via onerosa, tornando-se um benfeitor ligado a alguns outros indivíduos à época.) Assim, o destaque nas alforrias dos muito jovens ou muito velhos ganha sentido, se mostrando como uma característica a ser preservada ao longo do sistema escravista.

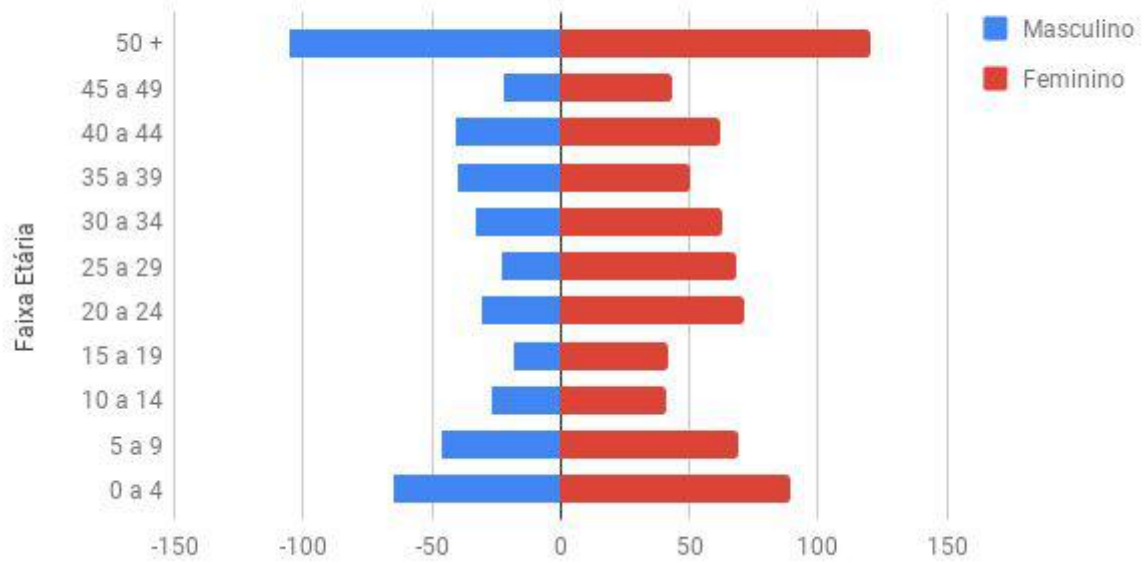
²⁰ EISENBERG, Peter L. **Ficando livre em Campinas: as alforrias em Campinas no século XIX**. São Paulo: Revista Estudos Econômicos, maio/ago 1987. p. 191

De 1860 a 1864 e de 1870 a 1871

Pirâmide Sexo-Etária das Alforrias de 1860-1864

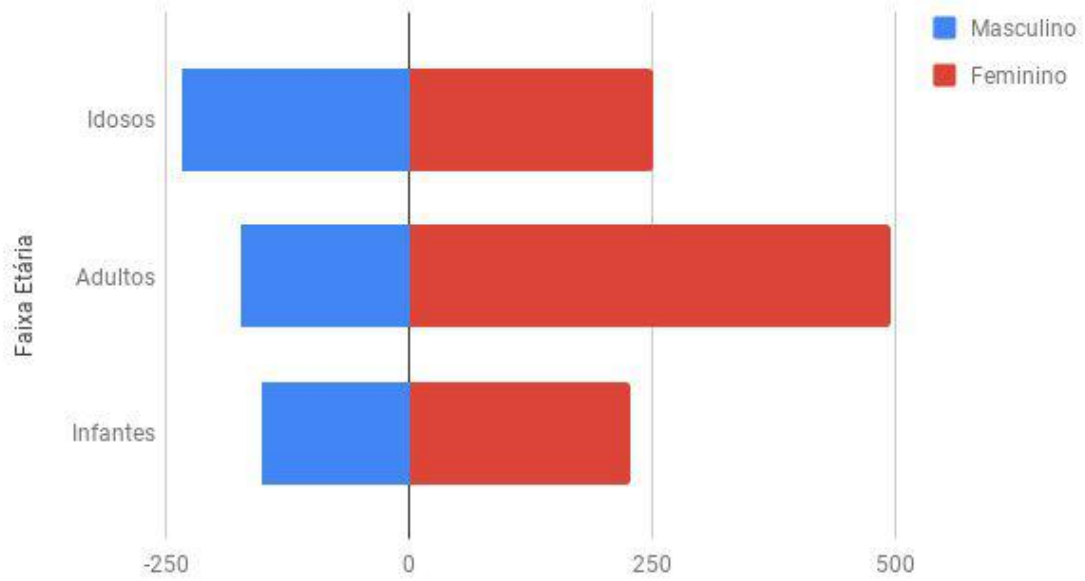


Pirâmide Sexo-Etária dos Escravos Alforriados na Década de 1860 (60-64)

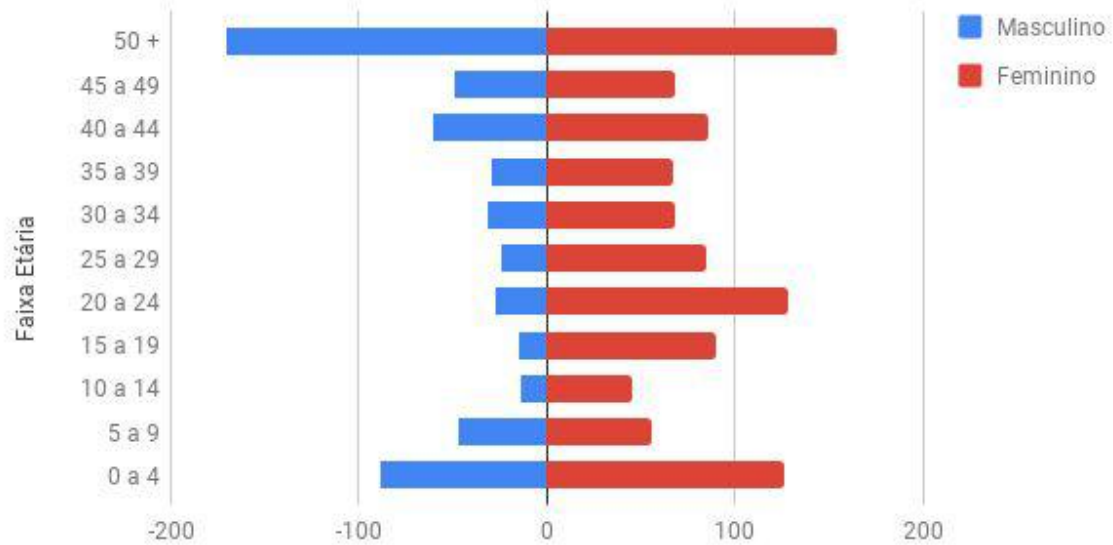


Fonte: Livros de registros de notas do primeiro, segundo e terceiro ofícios do Rio de Janeiro.

Pirâmide Sexo-Etária das Alforrias de 1870-1871



Pirâmide Sexo-Etária dos Escravos Alforriados na Década de 1870 (70-71)



Fonte: Livros de registros de notas do primeiro, segundo e terceiro ofícios do Rio de Janeiro.

Como é possível notar, há um vácuo nos registros entre os anos de 1864 até 1870, e os registros terminam em 1871, sendo incompletas as décadas de 60 e 70. Se pode observar, com isso, que o número de alforrias entre 70 e 71 é muito alto se comparado aos demais. Nesses dois anos, ocorreu um total de 2280 alforrias, sendo que nos 5 anos da década de 60 ocorreram 2905. (Para comparação, em toda a década de 40 houveram 5127 alforrias.) As alforrias parecem crescer exponencialmente nesse período, inclusive com um crescimento significativo dos adultos alforriados, apesar da pirâmide manter o mesmo padrão das demais décadas.

Tanto em 60 quanto em 70, é notável a permanência dos padrões já citados, havendo ainda um aumento relativo na quantidade dos muito velhos alforriados, que supera a quantidade dos muito jovens alforriados. O motivo disso talvez fosse a intenção de se reter os infantes em um momento que o tráfico está terminado e, principalmente, a Guerra do Paraguai - vencida em 70 -, que teve como saldo um grande número de baixas. O caso que posteriormente se irá explorar no presente trabalho vai à contramão desses padrões, por se tratar justamente de alforrias de infantes feitas por um terceiro na relação senhor-escravo - um benfeitor - que, sendo Nuno, tornou dez infantes manumissos entre 70 e 71.

No que se refere aos adultos alforriados, a quantidade de alforrias parece não depender de sua proximidade com a juventude ou com a velhice. Em todas as pirâmides, a idade em que os adultos manumissos prevalecem é sempre variável. Importante salientar que ao se tratar da idade dos escravos, ela é sempre incerta, com uma tendência a se arredondar a idade de 5 em 5 anos ou de 10 em 10, estipulando a idade do escravo muitas vezes até pelo seu aspecto físico para um número cheio - como 20, 25, 30, etc.

É possível observar também, principalmente nos anos de 60 e 70, que as mulheres possuem vantagem sobre os homens em especial quando se trata da idade adulta, que é justamente onde há o maior número de alforriados, pois a maior parte da população cativa era de adultos, por poderem ser utilizados como mão-de-obra - mas percentualmente é a menor parte dos alforriados. Em relação aos muito velhos - acima dos 50 anos -, nos anos 70 e 71, há um maior número de homens alforriados do que mulheres, o que não parece ser o padrão. As mulheres também costumam dominar as alforrias na velhice, muito provavelmente pela maior proximidade que conseguem com seus senhores ao longo dos anos, seguindo a lógica de Slenes, de alforrias concedidas devido aos longos anos e serviço, ou também por via onerosa,

pois, como já foi aqui debatido por estarem longe dos grandes centros de produção - isto é, mais próximas do meio urbano - poderiam trabalhar com vendas, como escravas de ganho, e assim podendo acumular pecúlio.

Capítulo 2 - Caminhos da alforria e mentalidade

Considerado por Jean Marcel de Carvalho França “um homem de seu tempo”, os ideais de Manuel Ribeiro Rocha não soavam nenhum absurdo. Precede os argumentos do padre lisboense um pequeno “Argumento e razão da obra”, dirigido aos leitores, que expõe a miséria da escravidão:

A maior infelicidade a que se pode chegar a criatura racional neste mundo é a da escravidão, pois, com ela, lhe vêm adjuntas todas aquelas misérias e todos aqueles incômodos que são contrários e repugnantes à natureza e condição do homem; porque sendo este pouco menos que o anjo, pela escravidão tanto desce, que fica sendo pouco mais que o bruto; sendo vivo, pela escravidão se julga morto; sendo livre, pela escravidão fica sujeito; e nascendo para dominar e possuir, pela escravidão fica possuído e dominado.

21

Se tamanha era a miséria de um escravo, como poderia então um homem católico possuir escravos sem isso ser um pecado? É a grande questão do livro de Ribeiro Rocha, que expõe um processo da relação do senhor com seu cativo que culmina, enfim, na libertação deste. Manolo Florentino salienta que Ribeiro Rocha, diferente do Padre Vieira ou Jorge Benci, tenha se aproximado mais da mentalidade do homem comum.²² Ganha sentido, portanto, a posição de Jean Marcel ao dizer que Ribeiro Rocha era “homem de seu tempo”, afinal, nunca se alforriou tanto nas outras sociedades escravistas quanto no Brasil, fato ainda muito caro à historiografia local.

Os caminhos para a alforria

Na busca pela compreensão do rápido crescimento da população livre de cor - crescimento maior do que da própria população branca -, Manuela Carneiro da Cunha se

²¹ ROCHA, Manuel Ribeiro. **Etiópe: resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado.** São Paulo: Editora UNESP, 2017. p. 41

²² FLORENTINO, Manolo. *Sobre Manumissões e Fugas no Rio de Janeiro Imperial.* In: Impérios Ibéricos em Comarcas Americanas. Org: ECHEVERRI, Adriana Maria; FLORENTINO, Manolo; VALENCIA, Carlos Eduardo. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2010. p. 88

empenha em pensar nos meios em que os escravos obtêm suas manumissões.²³ Há três formas de se conseguir a liberdade: gratuitamente, por serviços ou via onerosa.²⁴

Manuela então estabelece algumas divisões entre os escravos, que facilitariam para obter um tipo específico de alforria. Os escravos beneficiados com alforrias gratuitas tendem a ser os domésticos, ligados aos trabalhos dentro da casa e distante dos grandes centros de produção. (Estes últimos, como já mencionei, são os que mais dificilmente obtêm manumissões.) Trabalhando em casa é possível se aproximar de seu senhor, ter um melhor vínculo e, ainda no caso feminino, servir de ama de leite ou até amante. Sendo assim, justo as mulheres tinham mais formas de criação de vínculo com seus senhores e, conseqüentemente, mais facilmente alcançariam essa alforria gratuitamente. Por vezes, é importante salientar, a alforria era concedida gratuitamente, porém obrigando o cativo a servir o senhor de alguma forma para enfim ser liberto.

Os escravos domésticos, justamente por trabalharem dentro da casa, não proviam dinheiro à família e, conseqüentemente, eles próprios não tinham acesso à dinheiro, sendo assim mais difícil alforriar-se por via onerosa. Obteriam vantagem em casos de manumissão por pagamento os cativos que trabalhavam fora de casa, seja como jornaleiros ou vendendo alguma coisa nos mercados e pelas ruas da cidade; eram estes os “negros de ganho”. Com as vendas, os escravos poderiam acumular pecúlio e comprar a tão sonhada alforria.²⁵ Vale lembrar também que, até 1871, era possível revogar a promessa de manumissão, algo muito pouco utilizado quanto às alforrias gratuitas, mas jamais utilizado quanto às pagas.

Segundo Manuela, haviam ainda os “escravos alugados”, que poderiam articular com aquele que o alugou para que pagasse sua alforria ao senhor em troca de alguns anos de serviço para este, que se tornaria assim um benfeitor.

Fator já citado para uma alforria ser gratuita ou paga é a idade. Sem dúvida é mais difícil de um senhor de escravos querer alforriar seu cativo na idade produtiva - por motivos óbvios -, mas no que se refere aos mais jovens ou mais velhos, poderia libertar por questões

²³ CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África**. Editora Brasiliense, 1985. pp. 30-31

²⁴ Manuel Ribeiro Rocha ainda adiciona uma quarta possibilidade, que seria com a própria morte, que libertaria o indivíduo para a vida eterna, mas isso não se inclui para pensar no crescimento da população livre de cor.

²⁵ CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África**. Editora Brasiliense, 1985. pp. 30-35

sentimentais, como afirma Slenes ou, no caso dos idosos havia ainda a possibilidade de comprar a própria alforria, com o uso do pecúlio acumulado ao longo da vida.

Outro fator, estudado por Manolo Florentino, é a relação entre a alforria e a etnicidade dos cativos. Os crioulos com maior facilidade conseguiam negociar suas manumissões a partir da prestação de alguns serviços aos seus senhores. Todavia, os africanos conseguiam com mais frequência alforrias onerosas ou gratuitas. Mais especificamente, os africanos da África Ocidental - em especial os Minas - conseguiam alforrias onerosas mais facilmente, possivelmente por essas áreas da África serem mais urbanizadas e mercantis do que as demais - e devido algumas redes formadas pela força da identidade étnica dos Minas, “com instituições que sustentavam a montagem de pecúlios, como as irmandades, as associações de auxílio mútuo, os cantos e a família”.²⁶ Por outro lado, os congo-angolanos eram mais competentes na obtenção de alforrias gratuitas, e os afro-orientais por meio de serviços.²⁷

Ribeiro Rocha e o caminho para a salvação

O padre setecentista, por sua vez, vai analisar o processo necessário para que o cativo seja tratado da forma necessária para que o fato do senhor possuir um escravo não o impossibilite sua redenção. Com isso, o escravo deve ser, como o próprio título do livro indica, “Resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído, libertado”. Todo o processo, que serve para uma escravidão menos miserável ao cativo, culmina em libertar o escravo.

A escravidão deve ser “justa”, resgatando-o do processo injusto pelo qual se tornou cativo. Resgata-se essa alma para que possa, servindo os escravos não como um *direito de propriedade*, mas um *direito de penhor*. O escravo deve então ser empenhado em obedecer e servir a esse senhor que o resgatou, até que lhe pague ou compense em serviços.²⁸

Para que o escravo exerça suas tarefas, contudo, é necessário que seja sustentado. Ao cativo, “pão, disciplina e trabalho”. O pão é o símbolo de seu sustento, que deve ocorrer em torno da “vida, do corpo e da alma” - isto é, alimento e vestimenta, essencialmente, e deve ser provido de forma hierárquica, de acordo com o talento dos escravos.²⁹ Disciplina como

²⁶ FLORENTINO, Manolo. **Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa**. Rio de Janeiro: Revista Topoi vol.3 no.5, 2002. p. 30

²⁷ Idem. pp. 24-31

²⁸ ROCHA, Manuel Ribeiro. **Etiópe: resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado**. São Paulo: Editora UNESP, 2017. p. 44

²⁹ Idem. pp. 119-130

símbolo da correção e instrução que o cativo deve receber. Os cativos devem ser corrigidos ao cometer alguma falta, para que levem assim uma vida honesta e de bons exemplos. A correção, contudo, não deve se exceder, sendo proporcional à falta do cativo e jamais sendo perversa à ele, já que não deixam de ser irmãos de seus senhores.³⁰ Além disso, o escravo devia ser instruído na doutrina cristã e nos bons costumes, para que sua alma possa enfim ser salva.³¹

“E por esta razão é que antigamente se costumava pôr a pessoa que se havia batizar virada para o poente, e, depois, a voltavam para o nascente, significando-se, nesta ação externa e visível, aquela interna e invisível ressurreição e mudança da morte da culpa e escravidão do demônio, para a vida da graça e servidão de Deus.”³²

Só então chega na última fase, em que o escravo é de fato liberto. Isso seria feito, segundo Ribeiro Rocha, para extinguir a causa de seu penhor e retenção, pelo benefício da salvação. Esse processo, portanto, não poderia ser feito deixando o escravo de mãos vazias, pois isso seria simplesmente abandoná-lo ao acaso, não permitindo a ele exercer sua liberdade enfim conquistada.

O processo de liberdade então idealizado por Ribeiro Rocha serve não só para uma mera alforria do cativo, como também para libertar sua alma de seus pecados, e que possa esta ser salva. Sendo então Ribeiro Rocha tido como um “homem de seu tempo” por Jean Marcel, além de, como lembra Manolo, se aproximar mais de uma mentalidade do homem comum, não é nenhum absurdo que essas ideias estejam atreladas a um ideal religioso e, mais especificamente, cristão. A libertação do escravo, portanto, não é apenas um prelúdio de sua redenção, como também é de seu senhor, que não deveria se exceder na perversidade do tratamento com o escravo, que deveria resgatá-lo, sustentá-lo, corrigí-lo e, principalmente, instruí-lo na doutrina cristã e nos bons costumes, salvando o etíope de sua sina.

A liberdade do escravo, atrelado a esse ideal religioso, em diversos momentos pode ser observado nos motivos das manumissões. Inúmeras são as vezes que se alforria alegando amor ao escravo e à Deus, ou ainda, aludindo somente à figura divina como motivo da benevolência deste ato do senhor. Além disso, diversas são as alforrias concedidas no leito de

³⁰ Idem. pp. 131-148

³¹ Idem. pp. 177-196

³² Idem. p.161

morte do senhor, prestando elogios ao escravo e, novamente, mencionando Deus. Não é impossível que essas alforrias tenham sido realizadas como um último intento desesperado de um senhor ter sua alma salva. Ribeiro Rocha, portanto, se preocupou justamente com um ponto central para a população. Não à toa, Jean Marcel o classificou como “um homem de seu tempo”.

Capítulo 3 - O caso de Nuno Alves Pereira Souza e João Frederico Russel

No dia primeiro de março de 1870, José Francisco Lacerda, popularmente conhecido como Chico Diabo, golpeou fatalmente Francisco Solano López com uma lança. Ferido, o líder paraguaio caiu de sua montaria nas margens do arroio de Aquidabán, e mesmo estirado ao chão de sua pátria derrotada, Solano López seguia empunhando sua espada enquanto negava a rendição. Distante da cena, um soldado brasileiro alvejou o corpo de Solano, acelerando sua morte.³³

Findava assim a Guerra do Paraguai, consagrando a Tríplice Aliança como vencedora. Foram cinco anos de uma guerra que obteve mobilização massiva das sociedades envolvidas. No fronte de batalha pelo Brasil havia, além da Guarda Nacional e dos Voluntários da Pátria, uma participação numerosa de escravos, que receberam, posteriormente, como bonificação, a própria alforria. Foi o caso de Bernardo Crioulo, que prestava serviço aos negociantes da companhia *Coelho & Batista*, se tornando forro no início de maio de 1870.

Todavia, a Guerra do Paraguai não gerou somente alforrias como a de Bernardo Crioulo. O Tenente Coronel João Frederico Russel, em regozijo à vitória dos Aliados, alforriou, por via onerosa, Guilhermina Crioula e Cristina. Ambas infantas, a primeira com oito anos e a segunda de idade indeterminada. Sabe-se, porém, que juntas custaram quinhentos mil-réis ao bolso de Russel em outubro de 1871, e que pertenciam a senhores distintos.

No mesmo dia em que Francisco Correa Garcia aceitava trezentos mil-réis do Tenente Coronel por Cristina, também concedeu manumissão à irmã desta, Maria. Quem custeou a alforria foi Nuno Alves (Alvares)³⁴ Pereira de Souza, pelo preço de duzentos mil-réis. Nuno alforriou, além de Maria, outros nove infantas nos anos de 1870 e 1871. Pagava as manumissões com dinheiro de *agency* e possuía como condição os escravos continuarem na companhia do senhor até a idade adulta. O motivo declarado era o mesmo de Frederico Russel: uma homenagem à vitória sobre o Paraguai.

³³ DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. P. 451

³⁴ Há momentos em que aparece escrito Alves e outros Alvares.

Casos como esse demonstram a possibilidade de se explorar as alforrias para além do campo demográfico e das estruturas, havendo também a possibilidade de se fazer, como chamava Jacques Revél, uma “história ao rés-do-chão”.³⁵

Características das alforrias de Nuno e Russel

Leonor Parda tinha somente dois anos quando Delfino José Pereira aceitou cento e cinquenta mil-réis de Nuno para alforriá-la. A pequena crioula fez parte da maioria feminina da qual Nuno e Russel tornaram manumissos. Dos doze casos somados, oito eram de alforrias femininas. Afora isso, há duas unanimidades nas características dos escravos alforriados: todos eram infantes e crioulos. O preço deles variavam entre 150\$000 e 350\$000; alguns pagamentos executados por Nuno foram feitos por meio de *agency* - à exceção de três casos que não possuem nenhum registro sobre a agência - há uma condição: o infante alforriado deve continuar sobre a custódia do senhor até obter a idade adulta.

É desconhecido o que impeliu Nuno a mobilizar verba por *agency* - há registro desse meio em ao menos sete dos casos de manumissão. Talvez sua obstinação fosse tamanha para alforriar que não poupou esforços, acarretando dívidas. No que diz respeito à Russel, custeou as alforrias com o próprio dinheiro. Sua família possuía ao menos seis escravos, demonstrando alto nível de renda.

Nos anos de 1870 e 1871, em que se deram as alforrias realizadas por Nuno e Russel, somente trinta foram de livres que pagaram a manumissão dos escravos. Sabemos que doze dentre esses trinta registros são diretamente relacionados à Nuno e Russel - portanto, à Guerra do Paraguai.

O conflito, contudo, mobilizou mais alforrias além de Nuno, Russel e casos como Bernardo Crioulo. No total há 22 registros de manumissões diretamente relacionadas com o fim da guerra. Afora as treze já citadas,³⁶ cinco foram cedidas de bom grado do senhor ao seu escravo como homenagem à vitória da Tríplice Aliança. As quatro restantes foram pagas: duas pela Sociedade de Libertação da Freg. Santo Antônio; a outra, fruto de uma subscrição angariada pelo próprio escravo, Lucio Pardo, mais uma quantia de seiscentos mil-réis, somando 1.500\$000; enquanto a última não consta o benfeitor.

³⁵ LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. pp. 7-37

³⁶ Dez alforrias por Nuno, duas por Russel e a alforria de Bernardo Crioulo.

Lucio Pardo possuiu a única manumissão onerosa como um maior de idade. O escravo se beneficiou da euforia advinda do fim do confronto para arrecadar, via subscrição, novecentos mil-réis. Posteriormente, adicionou seiscentos mil-réis à quantia e comprou sua liberdade. Lucio possuía dezoito anos, era crioulo. Suas características revelam um grande nível de aculturação; Lucio soube usufruir de um momento importante de um Brasil ainda incipiente e obteve a alforria. Esse caso de subscrição talvez só tenha sido possível nos instantes finais da sociedade escravista brasileira, por haverem fortes campanhas abolicionistas, as quais influenciaram na frequência das manumissões, aumentando-as.³⁷

Nuno e suas ligações

Não é possível, a partir do banco de dados, descobrir ligações parentais de Nuno. Apesar disso, a mera ligação que este aparenta possuir com Frederico Russel demonstra a possibilidade de se articular os indivíduos a partir de suas ações no banco de dados. Se deter em relação à variável dos benfeitores em casos de alforria - ou seja, um terceiro externo à relação senhor-escravo que paga a alforria - é possível estabelecer esses laços.

À exemplo disso, no dia quatorze de agosto de 1871, Nuno pagou pela manumissão de Alfredo, escravo de Ines Pereira de Chermont Rodrigues. O motivo era o de sempre: em regozijo ao fim da Guerra. Desta vez, contudo, é evidenciado que o pagamento foi feito a partir de uma arrecadação - possivelmente levantada pelo próprio Nuno - para a libertação de infantes, como era o caso de Alfredo.

No mesmo dia dessa ocorrência, Ines Chermont concedeu outra alforria, também por via onerosa e também com a participação de um benfeitor. O banco de dados infelizmente não consta o nome desse benfeitor, e a alforria a qual ele pagou foi a um adulto, Maximiano, e não para uma criança. Apesar disso, é difícil achar que seja mera coincidência a alforria ter sido paga no mesmo dia que Nuno realizou, até porquê o nome de Ines Chermont só aparece entre os mais de dezessete mil registros apenas essas duas vezes. É possível que ela não desejasse perder seus dois escravos, mas uma alforria é um trato bem firmado, e quando se trata de uma por via onerosa é ainda mais difícil a rejeição por parte do senhor em firmar esse acordo.

Assim, um mero dado, como a data em que se realizou a alforria, articulado com o nome do senhor, o meio pelo qual se deu a alforria, é possível traçar uma rede de relações

³⁷ EISENBERG, Peter L. **Ficando Livre: As Alforrias em Campinas no Século XIX**. 1987. P. 179

entre os agentes envolvidos no acordo. Óbvio que a falta de alguns dados ou documentos - como é o caso do nome do indivíduo que se torna benfeitor no mesmo dia que Nuno no caso de Ines - é um empecilho ao trabalho para se estabelecer essas redes. No caso, é possível estabelecer elos seja de Nuno com o outro benfeitor, de Nuno com Ines, ou até mesmo dos escravos entre si: qual seria o parentesco entre o infante Alfredo e o adulto Maximiano? Sendo tudo isso passivo de análise para o trabalho com alforria em um plano de análise - e uso a expressão novamente - “ao rés-do-chão”.

Russel e seu parentesco

Se em relação à Nuno não há nenhum dado sobre relações parentais, é possível encontrar parentes de João Frederico Russel também participando de alforrias. Alexandrina Russel, mãe do Tenente Coronel, alforriou, no dia nove de setembro de 1856, Gertrude Cabinda e Matias Cassange, alegando bons serviços. Em 1863, no seu leito de morte, Alexandrina pediu ao seu filho e herdeiro que alforriasse Maria Moçambique. Anos mais tarde, em janeiro de 1870, o próprio João Frederico Russel alforriou Josefa Moçambique, a qual havia criado o senhor. Em todos os casos citados, as manumissões foram gratuitas, os escravos possuíam idade indeterminada e os nomes indicam pertença à diferentes regiões da África.

Uma alforria no leito de morte é passivo de ser explorada pela lógica já antes explicada do padre Manuel Ribeiro Rocha. Uma mulher ao final da vida libertando uma de suas escravas como uma busca pela salvação da própria alma - ainda mais sendo essa manumissão gratuita.

Também há nos registros Eufrasia Russel, que aparece com dois casos de alforria, uma gratuita e outra onerosa. Seu grau de parentesco com João Frederico Russel é indefinido. Contudo, uma das manumissões de Eufrasia, a gratuita, foi em 1855, fato que indica uma idade mais avançada que a do Tenente Coronel - talvez fosse sua tia. A outra alforria foi paga pelo próprio cativo. Esses dois casos de alforria reforçam a estatística, já citada, em que os afro ocidentais, em especial os minas, levariam vantagem diante dos outros escravos devido à sua maior capacidade de acumular pecúlio.

O caso demonstra que, além de benfeitor em alguns momentos, Russel e sua família eram senhores de escravos. Russel tornou-se senhor, ao que parece, por ser herdeiro, mas o

que esse fato lembra é que uma sociedade escravista é estruturalmente ligada à constante reiteração de poder. Sendo assim, mesmo aqueles que posteriormente poderiam vir a se tornar benfeitores, não deixavam de ter escravos. (Não é impossível que Nuno também possuísse escravos, mas é uma afirmação que não pode ser feita, já que não há nenhum registro sobre este fato.)

Contudo, fato de mais de uma pessoa da mesma família, como é o caso da família de João Frederico Russel, estar envolvida em casos de alforria, talvez só tenha sido possível nos instantes finais da sociedade escravista brasileira, por existirem, como já foi dito, fortes campanhas abolicionistas, as quais influenciaram na frequência das manumissões, aumentando-as e, neste caso, com uma possível tradição familiar de alforrias em voga.³⁸ Dessarte, a partir dos nomes de Nuno Alves Pereira de Souza e João Frederico Russel, é possível criar elos com demais indivíduos e seu contexto em uma sociedade escravista num pós guerra e próximo à abolição.

A relação entre Nuno e Russel

Fica evidente que entre Nuno e Russel há alguma relação. As alforrias concedidas por Francisco Correa Garcia, que aceitava duzentos mil-réis por cada uma das irmãs cativas ainda crianças - Maria e Cristina, filhas de Inocência -, comprova isto. Além disso, a justificativa dos atos de Nuno e Russel é a mesma, como sendo em regozijo ao fim do conflito contra o Paraguai.

Seria possível, portanto, traçar em casos como esses, de alforrias custeadas por benfeitores, associação entre indivíduos em prol da manumissão, ou destes com alguns senhores ou até mesmo com os escravos. O grande sociólogo alemão, Simmel, leva à cabo uma interpretação da sociedade como somatório de indivíduos:

Os laços de associação entre os homens são incessantemente feitos e desfeitos, para que então sejam refeitos, constituindo uma fluidez e uma pulsação que atam os indivíduos mesmo quando não atingem a forma de verdadeiras organizações.³⁹

³⁸ Idem.

³⁹ SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006. p. 17

A sociedade na visão de Simmel seria um eterno *acontecer*. Indivíduos sempre estão ligados uns aos outros pela influência mútua sobre si e pela determinação recíproca que exercem uns sobre os outros. Assim, a sociedade passa a ser tratada por Simmel como *Sociação*, tendo o sufixo do termo uma constante ideia de movimento, e sendo essa *sociação* condicionada por tudo que existe nos indivíduos e não em uma natureza social.

Uma interação entre Nuno e Russel nesse caso, que salta aos olhos para quem observa o banco de dados, pode levar em considerações fatores externos à relação entre os dois para ocorrer: como é o fato de se tratar de um período em que o abolicionismo já era uma corrente forte no pensamento, e a óbvia relação com a vitória brasileira na Guerra do Paraguai. Os atos deles, porém, devem ser analisados além disso.

Pensando por uma lógica eliasiana - que possui como um ponto de referência o próprio Simmel -, o tecido social é cosido pelas ações individuais, as quais se chocam em um fenômeno reticular (invisível) de interdependência e possui como produto o modelo societário e o modo de funcionamento do mesmo, ao qual o indivíduo está imerso, mesmo sem saber a que direção rumam suas ações. O sentido das ações individuais e os nexos causais só podem ser lidos como representações do vivido a posteriori, por aqueles que buscam interpretar o que houve. Norbert Elias propõe uma ruptura teórica do abismo em que há entre as ideias de indivíduo e sociedade - noção muito cara à sociologia. Assim, a metáfora do trem da história de Elias é reproduzida de modo o qual a locomotiva não possui maquinista, somente passageiros (que lotam todos os vagões) e, assim sendo, se dirigem às mais diversas direções, sem saber para onde estão indo.⁴⁰

Uma pesquisa que se destina ao estudo de casos como o de Nuno e Russel, e suas possíveis interações, teria por princípio tratar “impulso, interesse, finalidade, tendência, condicionamento psíquico e movimento nos indivíduos”.⁴¹ O banco de dados permite o acesso a inúmeros casos de alforria, separadas caso por caso e sendo assim possível a análise de casos isolados, que podem saltar os olhos por conta de sua especificidade. À exemplo de Nuno Alves Pereira de Souza e João Frederico Russel, que se mostram como pontos foras da curva no que tange as alforrias da época. (Sem falar na riqueza de possibilidades de exploração que esse caso permite, que aqui foi brevemente esboçada.) Contudo, não se trata

⁴⁰ ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994. Versão de *Ebook*

⁴¹ SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006. p. 60

somente de uma análise que negligencia o contexto social, mas que parte dos casos individuais para preenchê-los de acordo com as interações entre esses indivíduos que, como visto em Norbert Elias e Simmel, seriam essenciais para uma análise em rede, complexificando assim o cenário e possibilitando novas perspectivas para a investigação dos elos entre Nuno, Russel e suas participações em casos de alforrias no início da década de 70 do século XIX.

Conclusão

Sem dúvida alforria escrava é uma temática ampla e vasta a ser explorada pela historiografia. Em especial, a historiografia brasileira, devido à enorme quantidade de manumissos nessa terra. Ao contrário do que isso poderia indicar, como pensava Frank Tannenbaum, essa característica do escravismo à brasileira não representa um maior nível de leniência, pois a sociedade escravista é baseada na constante reiteração de poder e, assim sendo, a cultura em torno das manumissões são somente formas de reprodução da patronagem.

Uma sociedade se torna escravista, como alegava Finley, não por possuir uma larga quantidade de escravos, mas sim por possuir o escravo como um mecanismo de diferenciação social. Aqui no Brasil, dados demonstram que a grande maioria das pessoas livres possuíam escravos, mas somente um número muito restrito possuía uma grande escravaria. A maior parte da população possuiria somente um escravo, que poderia servir de ajuda na aquisição financeira da casa. Portanto, a pobreza não era fator que anulava o indivíduo de adquirir um escravo, que era um ser muito presente nos casebres mais humildes da cidade do Rio de Janeiro - chegando inclusive a ser pintado por Debret.⁴²

Sendo o caráter leniente ou cruel de um modelo escravista um debate já superado, a alforria se torna uma grande questão a ser explorada. Um escravo morto, fujão ou alforriado é, igualmente para o sistema escravocrata, um escravo a menos. O trabalho com a fonte permite, contudo, compreender não só os padrões de como ocorrem as alforrias, como também a exploração de alguns casos específicos.

A partir do banco de dados, com mais de dezessete mil registros, foi possível estabelecer pirâmides sexo-etárias para explorar alguns dos padrões dos manumissos no Rio de Janeiro oitocentista. Como a análise mostrou, aqui não pareceu ser muito diferente dos padrões já encontrados em Campinas por Eisenberg. E mais: em diversos momentos a análise com a fonte permitiu chegar a conclusões parecidas - se não as mesmas - com alguns dos pioneiros no estudo de alforrias no Brasil, como é o caso de Manuela Carneiro da Cunha e

⁴² Verificar a gravura em: Florentino, Manolo. *Sobre Manumissões e Fugas no Rio de Janeiro Imperial*. In: *Impérios Ibéricos em Comarcas Americanas*. Org: ECHEVERRI, Adriana María; FLORENTINO, Manolo; VALENCIA, Carlos Eduardo. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2010. p.86

Jacob Gorender. À exemplo, as mulheres obtêm vantagens para angariar a tão sonhada liberdade; os escravos urbanos possuem também vantagem, justo por se disporem distante dos grandes meios de produção e pelas tarefas urbanas, muitas vezes, permitir com que estes consigam acumular pecúlio para comprar a própria alforria. Além disso, reforça-se a ideia de Robert Slenes em relação ao elevado número de alforrias concedidas para crianças ou mais velhos por um fator sentimental, seja pela pureza da criança, ou pelos longos anos de serviço mais velho - que também teria como possibilidade usufruir do pecúlio que acumulou ao longo da vida para comprar a própria alforria, que seria mais barata devido sua idade.

Seguindo a lógica, das possibilidades de caminhos e do como se lidar com a alforria - principalmente por parte do senhor -, o padre Manuel Ribeiro Rocha se preocupa em como uma alma cristã poderia ser salva caso este possuísse um escravo, fosse responsável direto por outro ser humano possuir uma condição de miserável. A questão, sem dúvida central à época num país cristão como o Brasil, não pode passar batida para se tratar das alforrias. É talvez repetitivo dizer que em nenhum outro lugar do mundo se alforria tanto quanto no Brasil, porém é uma questão a ser estudada e Manuel Ribeiro Rocha, possuindo um pensamento próximo ao de um homem comum à época, expõe a importância do cristianismo na constituição de um indivíduo que se preocupa em trazer, de uma forma ou de outra, o mínimo de dignidade a um cativo, que se encontra em determinadas condições como fruto de uma injustiça sofrida. (O próprio processo que o escravo sofre passaria por uma instrução na doutrina Católica, sendo o batismo o símbolo máximo disso.) Assim, é inescapável no banco de dados alguns casos de alforria que estabelecem relações diretas com a religiosidade.

No último capítulo, algo um pouco diferente do que os outros dois capítulos se atentaram, um olhar mais fechado para o caso de Nuno Alves Pereira de Souza e o Tenente Coronel Frederico Russel. O caso serve para demonstrar que o estudo de alforria não precisa se reter a uma análise do macro, de questões demográficas e dos padrões em que ocorrem as manumissões. É possível, a partir do banco de dados, estabelecer laços que formam alguns dos casos de alforria, abrindo a possibilidade para se fazer uma análise de uma história - e a expressão é de Revél - “ao rés-do-chão”, sendo esse jogo entre as escalas macro e micro um meio de análise.

A questão da alforria, portanto, é precedida pelo trabalho com as fontes e a construção de seu contexto. Por mais que seja possível a análise de variáveis, de diferentes planos e assim

por diante, a metodologia - isto é, o caminho - para se pensar nas manumissões parte de sua fonte e seu contexto, já que a própria noção de liberdade é mutável de acordo esses fatores, o que faz, por exemplo, com que a liberdade seja muitas vezes confundida com a possibilidade do escravo possuir algum grau de autonomia, e como essa liberdade é dúbia no sistema escravista, servindo muitas vezes, como já foi dito, para a reprodução dos mecanismos de poder e, portanto, reafirmando a condição da sociedade enquanto escravista.⁴³

⁴³ Idem. p. 88

Referências Bibliográficas

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados: escritos de história e política.** Minas Gerais: Editora UFMG, 1998.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África.** Editora Brasiliense, 1985.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

EISENBERG, Peter L. **Ficando livre em Campinas: as alforrias em Campinas no século XIX.** São Paulo: Revista Estudos Econômicos, maio/ago 1987.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994. Versão de *Ebook*

FINLEY, Moses. **Escravidão Antiga e Ideologia Moderna.** Rio de Janeiro: Editora Graal, 1991.

FLORENTINO, Manolo. **Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa.** Rio de Janeiro: Revista Topoi vol.3 no.5, 2002.

_____, Manolo; AMANTINO, Márcia. **Uma morfologia dos quilombos nas Américas, séculos XVI-XIX.** História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012.

_____, Manolo. **Sobre Manumissões e Fugas no Rio de Janeiro Imperial.** In: Impérios Ibéricos em Comarcas Americanas. Org: ECHEVERRI, Adriana María; FLORENTINO, Manolo; VALENCIA, Carlos Eduardo. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2010.

LARA, Sílvia Hunold. **Biografia de Mahommah G. Baquaqua.** Revista Brasileira de História.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ROCHA, Manuel Ribeiro. **Etiópe: resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado.** São Paulo: Editora UNESP, 2017.

SIMMEL, Georg. **On individuality and social forms.** Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

_____, Georg. **Questões fundamentais da sociologia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia e Escravidão.** Rio de Janeiro, Petrópolis: Editora Vozes, 1986.